PL 3252/2012

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.

O Congresso Nacional decreta:

•	9 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as
seguintes alterações:	
"Art. 4"	
§ 1º O plano diretor o território do Municípi urbanísticos de parcelar obrigatoriamente, as á coeficientes máximos máximos de impermeab máximo de chuvas que p	definirá, para cada zona em que se divida o do, os usos permitidos e os índices mento e ocupação do solo, que incluirão, reas mínimas e máximas de lotes, os de aproveitamento e os percentuais ilização do solo e o excedente percentual poderá ser carreado para a rede pública. "(NR)
para amortecimento e re edificáveis;	rias do terreno, os dispositivos necessários etenção das águas pluviais e as faixas não
	5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as
seguintes alterações:	
An. 9'	
captação e retenção de reduzir sua velocidade o urbanas, controlar a occ	implantação obrigatória de sistemas de águas pluviais em cada lote urbano, para le escoamento para as bacias hidrográficas orrência de inundações e contribuir para a água potável tratada." (NR)

"Art. 59-A. Na ausência de disciplina do disposto no inciso VIII do art. 9º desta Lei pelo titular do serviço de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, cada lote deverá ser capaz de reter pelo menos 50% (cinquenta por cento) das águas pluviais que nele se precipitarem, por período não inferior a 1 (uma) hora, até que possam ser despejadas na rede pública de drenagem."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de Leveriro de 2012.

Senador José Sarney

Presidente do Sepado Federal